

FICHA DOUTRINÁRIA

Diploma: CIVA

Artigo: 2º, nº1, j)

Assunto: Serviços de Construção Civil - montagem de elevadores

Processo: L129 2007089 – despacho do Director-Geral dos Impostos, em 25-09-2007

Conteúdo: 1.A requerente vem expor e solicitar o seguinte:

1.1.Opera na área da indústria da metalomecânica, fabricando equipamentos de elevação accionados a óleo - hidráulico e é representante de uma marca de elevadores destinados a pessoas com deficiência de mobilidade.

1.2.A venda dos produtos e componentes em causa, resulta de bens produzidos e montados sob encomenda.

1.3.Referê que os clientes são, entre outros, empresas da área da construção civil e que se encontram qualificados como sujeitos passivos adquirentes nos termos do ponto 1.6.1. do Ofício nº 30101.

1.4.Com a publicação da legislação em causa Decreto-Lei nº 21/2007, de 29 de Janeiro e respectivos ofícios emanados sobre esta matéria, entendeu que não estavam sujeitos à regra de inversão, no pressuposto de que os bens produzidos e instalados possuíam um carácter móvel, isto é, consideravam que eram bens que não estavam ligados materialmente ao bem imóvel, podendo ou não permanecer no mesmo, face à evolução tecnológica. Refere, ainda, que tal entendimento resultou do ponto 1.5. do Ofício-Circulado nº 30100 de 2007-03-28.

1.5.No entanto, por imposição de alguns clientes, foram obrigados a aplicar em algumas facturas a regra de inversão do IVA.

1.6.Assim, considerando que tal matéria é ainda susceptível de criar divergências, solicitam a emissão de um parecer vinculativo sobre a transmissão com montagem dos bens em questão.

2.De acordo com o estipulado na alínea j) do nº 1 do artº 2º do CIVA e que se encontra esclarecido no ponto 1.2. do Ofício-Circulado nº 30 101 de 2007-05-24, que revoga e substitui o anterior, para que se aplique a regra de inversão do sujeito passivo é necessário que, cumulativamente, se verifiquem as seguintes condições:

a) se esteja na presença de aquisição de serviços de construção civil;

b) o adquirente seja sujeito passivo de imposto em território nacional e aqui pratique operações que confirmem, total ou parcialmente, o direito à dedução.

3.Conforme esclarecido no acima referido Ofício-Circulado, bem como da Portaria nº 19/2004, de 10 de Janeiro, a entrega de bens, com montagem ou instalação na obra, como é o caso dos elevadores, encontra-se abrangida pela regra de inversão.

4.De notar que o supracitado Ofício-Circulado esclarece que só não se aplica a regra de inversão quando está em causa a simples montagem de aparelhos que não façam parte integrante do edifício (elevadores a que se refere o n.º 39 do Despacho n.º 26026/2006, de 22 de Dezembro: Plataformas elevatórias e elevadores para cadeiras de rodas, elevadores para adaptar a escadas -

dispositivos com assento ou plataforma fixada a um ou mais varões que seguem o contorno e ângulo da escadaria - trepadores de escadas e rampas portáteis para cadeiras de rodas); - ver alínea b) do ponto 1.5.4. do Ofício-Circulado).